

Ata da 1ª Sessão Ordinária no 1º Período do 24º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 19 de fevereiro de 2016.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia dezanove de fevereiro de dois mil e dezesseis, sob a presidência do Vereador **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**, realizou-se a *Primeira Sessão Ordinária no Primeiro Período do Vigésimo Quarto Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu ao Segundo Secretário que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se as ausências de Alcione Barbosa Tavares e André de Azeredo Dias, que se encontravam à disposição desta Casa. Logo após, colocou em discussão a Ata da 39ª Sessão Ordinária no 2º Período do 23º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 15 de dezembro de 2015, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: PROJETOS DE LEIS: - n.ºs **1.120 e 1.121/16**, ambos de autoria do ver. **Claudio Vicente Vilar**; - n.ºs **1.122 e 1.123/16**, ambos de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.º **1.124/16**, de autoria do ver. **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**; - n.ºs **1.125 e 1.126/16**, ambos de autoria do **Poder Executivo**; REQUERIMENTOS: - n.º **001/16**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.ºs **002 e 003/16**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; INDICAÇÕES: - n.ºs **001, 002, 003 e 004/16**, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; - n.ºs **005, 006, 007, 008 e 009/16**, de autoria do ver. **Franklin Adriano Pereira**; - n.ºs **010, 011, 012, 013 e 014/16**, de autoria do ver. **Oswaldo Pereira da Rocha**; - n.ºs **015, 016, 017 e 018/15**, de autoria do ver. **Alcione Barbosa Tavares**; - n.º **019/15**, de autoria do ver. **Rosalvo de Vasconcellos Domingos**. A seguir, em **Questão de Ordem**, o Vereador **Argeu Paixão dos Anjos** requereu ao Sr. Presidente que a Ordem do Dia fosse realizada antes do uso da palavra por parte dos vereadores. Após, o Sr. **Presidente** aceitou o pedido do ver. Argeu e antecipou a realização da Ordem do Dia, dando-lhe início imediato. Em pauta, **Veto ao Projeto de Lei nº 1.107/15**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Veto foi **mantido** por unanimidade em **única** discussão. Em **Questão de Ordem**, o Vereador **Argeu Paixão dos Anjos** pediu **vista** do Veto ao Projeto de Lei nº 1.109/15, e que, portanto, o mesmo fosse retirado da pauta daquela sessão, pedido este acolhido pelo Plenário. Em pauta, **Veto Integral ao Projeto de Lei 1.115/15**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Veto foi **mantido** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Veto Integral ao Projeto de Lei 1.116/15**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Veto** foi **mantido** por unanimidade em **única** discussão. Em pauta, **Veto Integral ao Projeto de Lei 1.117/15**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o Veto foi **mantido** por unanimidade em **única** discussão. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou a

palavra aos senhores vereadores. Com a **palavra**, o vereador **Fernando Amaro Garcia** iniciou suas palavras desejando boas-vindas ao seu amigo Argeu Paixão, e disse que o mesmo podia contar com todos daquela Casa, em prol do município de Guapimirim. Parabenizou a todos que permaneceram em Guapimirim no período de carnaval, bem como à Secretária Marina, agradecendo o trabalho realizado pela mesma. Informou ainda que participara do evento durante os quatro dias de festejos. Falou aos nobres colegas, os quais estavam juntos naquela nova luta que iriam enfrentar, naquele momento, no município, que aquela Casa de Leis podia contar com ele e todos os demais Vereadores, e que seu desejo era no sentido de conduzirem aquela Casa da melhor maneira possível. Com a **palavra**, o vereador **Oswaldo Pereira** agradeceu a Deus por estarem retornando àquela Casa de Leis, e cumprimentou o Chefe de Gabinete Alberto Fares, a Secretária Marina e o público presente. Parabenizou a Secretária Marina pelo excelente carnaval realizado e disse que apesar de ele, Oswaldo, não ter estado presente, havia acompanhado o seu êxito e também a segurança que houvera na cidade. Ressaltou que não poderia deixar de parabenizar também o Excelentíssimo Juiz de Direito Rafael Pardini, pelo excelente serviço prestado à cidade, em especial, quanto ao fechamento do estabelecimento que estava vendendo bebida alcoólica para menores, assim como procedendo às apreensões devidas. Prosseguiu dizendo que quando um cidadão com aquele perfil vinha para a cidade deles e somava, deveriam sim parabenizar pelo excelente trabalho desenvolvido. A seguir, registrou que a Secretária Marina estava de parabéns pelo que havia realizado em tão pouco tempo à frente da Secretaria de Turismo. Após, o Ver. Oswaldo informou aos alunos da faculdade presentes no plenário, que o problema do ônibus utilizado para o transporte dos mesmos já estava sendo solucionado. Disse que os Vereadores estiveram com o Sr. Prefeito cobrando um posicionamento sobre o assunto, e que ele imediatamente tomara uma atitude, e embora com algumas dificuldades já tinha conseguido resolver a questão. Assim sendo, explicou que no mais tardar, na próxima semana, os ônibus voltariam a atender os alunos, e com toda segurança, haja vista que sabiam que aquela interrupção havia provocado um transtorno muito grande. Todavia, ressaltou que o Prefeito em momento algum fugira à responsabilidade de solucionar tal problema, e tinha confirmado o retorno do ônibus com o Chefe de Gabinete, o qual se fazia presente e estivera conversando com alguns alunos. Então, disse que todo aquele empenho era a prova de que os Vereadores e aquela Casa sempre estiveram buscando uma solução para o problema. Em seguida, agradeceu o Secretário de Obras, Marlon Vivas, por ter atendido alguns pedidos dos Vereadores, especialmente sobre a melhoria realizada na estrada do Orindi, no bairro Paraíso, visto que estava muito difícil para os moradores daquela localidade utilizar a estrada naquelas condições. Logo, parabenizava o Secretário de Obras pelas ações em curso no município, tais como a Operação Tapa Buracos, pintura das telas e recuperação das estradas. Enfatizou que

quando era preciso cobrar eles cobravam, mas quando os gestores estavam trabalhando deveriam reconhecer e parabenizá-los também. A seguir, o nobre Edil declarou que não poderia deixar de parabenizar o seu amigo Argeu e lhe desejou boas-vindas àquela Casa. Disse-lhe que tinha certeza de que o seu conhecimento iria somar muito para todos, e que eles só tinham a aprender com a sua experiência e agradecer pela sua presença naquela Casa. Com a **palavra**, o Vereador **Argeu Paixão dos Anjos** iniciou suas palavras agradecendo, primeiramente, a Deus por estar naquela Casa. Disse que tinha passado pela mesma havia quinze anos, informando que no último dia vinte e seis fora convocado para exercer a vereança, tendo tomado posse como Vereador. Em seguida, enfatizou que vinha acompanhando os trabalhos e que, com muita dificuldade, a sua entrada naquela Casa se dera no dia vinte e seis, ratificou. Ressaltou que havia até levado um susto com a convocação, porque o entendimento político do Executivo não fizera com que respeitassem o município e os demais que o ajudaram a se eleger, a fim de que pudessem fazer parte de um processo naquela legislatura. Esclareceu que o Sr. Marlon tinha-no procurado algumas vezes para que entrassem em um entendimento, e ele, Argeu, dissera que não havia condições de acordo. Continuou dizendo que fora convidado para ser Secretário, mas também não tinha aceitado. Naquela ocasião, falou que ligara imediatamente para o Sr. Fábio, então Secretário de Obras, e disse-lhe para que não se preocupasse, porque ele, Argeu, não tinha a intenção de ser Secretário, e que se algum dia houvesse possibilidade, ele assumiria a vaga na Câmara de Vereadores, o que acabara acontecendo em decorrência de sua convocação. Citou o seu amigo Beto, com o qual havia trabalhado no passado, esclarecendo que o mesmo estivera com o ofício da convocação, e disse que não poderia deixar de exercer o que a Constituição e a Lei Orgânica lhe determinavam. Disse ao Sr. Presidente e aos nobres Vereadores que tinha lutado muito para estruturar aquele Poder e que, na época, quando iniciaram, naquela parte do Plenário existia uma salinha onde todos os assuntos eram discutidos, ou seja, tudo era tratado naquela sala, como a Secretaria, Tesouraria e Recepção do Presidente. Lembrou que naquele tempo tivera a Marilene como funcionária e o Alberto Fares como seu Assessor, explanando que havia sido um dos maiores desafios a instalação daquele Poder Legislativo, porque a Lei 059/1990, que criara o município, determinava que o prazo para o cumprimento do protocolo seria de quarenta e cinco dias para a instalação do Poder Legislativo. Logo, em obediência a tal prazo, ele teria que criar, dentro daqueles quarenta e cinco dias, a Tesouraria, Departamento Pessoal e toda Administração da Câmara Legislativa. Esclareceu que a pessoa que o ajudara não tinha sido um político, mas sim um Pastor, dizendo que o Alberto, juntamente com ele, Argeu, foram à cidade de São José do Vale do Rio Preto e de lá trouxeram algumas leis, bem como a estrutura daquela cidade, e ali, em Guapimirim, eles fizeram o melhor, como por exemplo, o encadernamento de tudo, sempre com a maior dificuldade. Assim sendo, ratificou que o Pastor Josias Maurício da Silva, o qual era

Pastor da Igreja Assembleia de Deus que frequentava, realmente o ajudara muito. Acrescentou que naquela ocasião o Renato do Posto e Nelson do Posto perguntaram-no como ele, Argeu, havia conseguido aquilo, e que os mesmos promoveram uma manifestação em frente àquela Casa para que não fosse criada a estrutura da Câmara. Disse que os opositores argumentaram que estavam criando um grupo de fantasmas na cidade, logo, diante de tal alegação tivera de fazer uma manobra política para ganhar a estrutura daquela Casa, com o objetivo de não dependerem do caixa do Governo mas, sim, contar com o repasse do duodécimo legal para aquela Casa, para fins de realizar os pagamentos e cumprir com as obrigações daquela Casa Legislativa. Em seguida, alertou aos presentes à Sessão que eles tomariam um susto com o que ele, Ver. Argeu, iria falar. Dando prosseguimento, disse que todas as determinações legais foram devidamente cumpridas e quando da elaboração da Lei Orgânica do município, falou que para conseguirem elaborar e sancionar a mesma trabalharam incansavelmente. Contou que fizeram naquela Casa de Leis reuniões permanentes para que a mesma não fosse fechada, e de forma a cumprirem o protocolo. Confidenciou, em seguida, que a Senhora Marilene, a qual se fazia presente no Plenário, e o Alberto, ficaram diversas vezes sozinhos naquela Casa e ele, Argeu, designava pessoas para fazer-lhes companhia. Também, outros Vereadores vinham para impedir o fechamento daquela Casa e, no dia seguinte, trabalhavam até tarde para dar cumprimento ao protocolo. Continuando, o Ver. Argeu disse que no dia marcado para sancionar a Lei do município, fizera um ofício destinado a toda cidade, todas as igrejas e todos os órgãos competentes do Estado e do País. Todavia, narrou que Nelson do Posto comprara máquinas retroscavadeiras e caçambas e as colocou dispostas na frente daquela Casa, para tentar sufocar a promulgação da Lei Orgânica do município. Porém, disse acreditar que Deus era fiel e justo, e a população o tinha apoiado. Falou que a empresa Coca-Cola havia fornecido todos os refrigerantes, o café Relíquia, o café, além de ter ganhado o *bufet* totalmente gratuito para fazerem a festa em homenagem à promulgação da Lei Orgânica do Município. Então, disse que se orgulhava de ter passado por aquela Casa. No entanto, disse que quando participara de um Congresso de Vereadores em Maceió, no estado de Alagoas, tinha sido apresentado como Presidente da Casa Legislativa e um novo Vereador de uma Câmara de Vereadores nova, a qual contava com uma nova estrutura também. Naquele momento, disse que se tornara celebridade sem saber, citando que os Vereadores de todas as cidades o cercaram e queriam saber como ele tinha conseguido implementar a estrutura do Poder Legislativo com quarenta e cinco dias, uma vez que existiam Câmaras com oitenta, cem e cento e cinquenta anos que ainda não possuíam a sua independência legislativa. Afirmou que tinha criado naquela Casa, Assessorias para cada Vereador, cujas indicações feitas pelos mesmos deveriam ser nomeadas pelo Presidente, mas que, lamentavelmente, nos dias atuais, tais indicações ficavam todas sob a responsabilidade do Presidente, o qual tinha a prerrogativa de nomear

quem ele quisesse. Enfatizou que tal procedimento era demonstração de enfraquecimento do Poder Legislativo, ocasionando a perda de sua autonomia. Continuando, o nobre Edil disse acreditar que não se deveria ter ninguém preso a nada, nem a Executivo e nem a Presidente, porque o mandato era o povo que outorgava ao Vereador. Dirigindo sua fala ao Sr. Presidente, assinalou que ainda dentro daquela Casa, com muita habilidade, conseguira expandir uma parte das instalações, e informou que havia sido o Paulo Lacerda, irmão do José Carlos Lacerda, Deputado e Prefeito de Duque de Caxias, que ganhara a licitação para fazer aquela obra. Disse que naquela ocasião, quando o Paulo Lacerda tinha vindo receber o pagamento, o Renato do Posto estava encostado no muro da entrada do Shopping da Prefeitura e o alertou de que ele até poderia tentar receber, mas a Câmara não teria dinheiro para efetuar o pagamento. Todavia, ele, Ver. Argeu, embora estivesse com o dinheiro para pagar, pediu ao Executivo a suplementação da quantia, a qual foi negada pelo Sr. Renato sob a alegação de que o Vereador não tinha cumprido o prazo da obra. Inconformado, respondera que a obra fora concluída dentro do prazo, e que se fosse necessário entraria na Justiça e o Governo teria que ressarcir o dinheiro ao Poder Legislativo. Então, o Renato perguntou como o Vereador havia feito o pagamento, sendo respondido pelo credor que o Vereador tinha dinheiro em caixa. Continuando, contou como ele, Ver. Argeu, havia sido tratado, tendo sido chamado de “macaco” Presidente da Câmara Municipal de Guapimirim. Falou que fizeram um boneco imitando um macaco usando óculos e com um livro debaixo do braço, simulando uma Bíblia, e toda pessoa que chegava ao Gabinete do Prefeito era apresentada ao “macaco” Presidente da Câmara Municipal de Guapimirim. Confidenciou que quando ele narrava aquela história dava vontade de chorar, e falava aquilo porque era Vereador e estava lá fora, porém, brigava pelo Poder Legislativo e o defendia, afirmando que o Poder Legislativo era o fermento que fazia fermentar a política do município. Informou que naquela época conflituosa, o Movimento Negro e a Vereadora de Magé Maria Inês intervieram e dirigiram-se à cidade de Guapimirim querendo que ele, Ver. Argeu, entrasse com uma ação judicial, e ele, então, decidira não entrar na justiça. Disse que acreditava na justiça de Deus, e narrou que certo dia o professor Murilo entrou pela porta daquela Casa procurando-o e pedindo-lhe perdão pelo que estava fazendo com Sua Excelência, porque sua alma estava doendo pelo que havia feito. A seguir, falou que no ano de dois mil e quatro, quando o Beto tinha sido candidato à vice-Prefeito, na chapa com Medeiros, eles fizeram uma reunião em que estavam presentes o professor Murilo e mais cento e cinquenta pastores. Então, o Prof. Murilo disse que estava naquele local por dois motivos: o primeiro pelo Ver. Argeu, e o segundo, pela reunião com aqueles senhores. No entanto, acrescentou que antes de falar qualquer coisa gostaria de pedir perdão ao Vereador Argeu, pois entendia que devia isso ao mesmo. Falou que tudo aquilo acontecera por causa de um poder, e que ele havia sofrido no momento em que Nelson do Posto fora

para Magé. Destacou que eles ajudaram-no a se eleger Prefeito naquela cidade, e o Sérgio Mauro, na época, assumira a Prefeitura de Guapimirim. Ele, Argeu, havia assumido a Câmara e não concordara com muitas coisas que fizeram, como, por exemplo, a desapropriação do Centro Pediátrico. Falou que não entraria no mérito em relação aos pontos em que não tinha concordado. Disse que em razão de tal discordância fora taxado como aquele cidadão que tinha de ser preso; que era filho do “Diabo”, e que inclusive colocaram esses dizeres em panfletos, os quais foram distribuídos nas ruas. Todavia, falou que tudo aquilo acontecera devido ao poder, comentando em seguida que houvera uma articulação com vistas à cassação do seu mandato. Disse, ainda, que ao final de seu mandato, fora repassada a quantia de cento e cinquenta e um mil reais para aquela Casa Legislativa. No entanto, tratava-se apenas do documento, pois na verdade tal repasse não fora concretizado. Prosseguindo, disse que o Chefe do Governo daquela época estava ali presente, naquela Sessão, e sabia do que ele, Ver. Argeu, estava falando. Sobre o repasse da mencionada verba, contou que fora ao Tribunal e dera ciência ao mesmo de que não havia recebido aquele valor, e assim eles tiveram que ressarcir o cofre público municipal, porque a pessoa não deveria concordar com aquilo que estava errado. O ilustre Vereador reiterou que estava presente ali naquele dia, não cedendo a acordos ou a situações, mas sim, cumprindo o protocolo e com Projetos; estava ali para somar, para ajudar, conforme já dissera ao Vereador Franklin, que retiraram o seu Projeto de pauta, mas em respeito a Sua Excelência iriam analisá-lo e avaliar o que era mais adequado para Guapimirim. Após, revelou que tinha chamado o Sr. Humberto Xavier, dono do Condomínio Cambucás, e avisou-lhe que se não mandasse pintar o gradil que circundava aquele local, já que era de sua responsabilidade, iria dar entrada em uma ação no Ministério Público contra o mesmo e, também, contra a Prefeitura, porque aquela grade do Cambucás era patrimônio municipal, feita pelo Poder Público Municipal. Explicou que tinha sido o Nilsinho que havia construído, pela Prefeitura, e que aquele processo viera da cidade de Volta Redonda. Disse que fora o Benito Cozzolino quem tinha dado início à obra, e o restante havia sido construído onde era a Igreja Nova Vida, onde ficava o depósito do Ivan da Formil, irmão de Iram. Assegurou que estava abordando aquele assunto porque se tratava de um patrimônio municipal, e que quando cortaram aquela grade para beneficiar o dono do Cambucás, ele, Argeu, contatara o Secretário de Obras alertando-o de que estava cortando uma área do patrimônio público, cuja despesa saíra dos cofres públicos do município. Em seguida, narrou que certa vez comentara com um Secretário de Governo que, infelizmente, em Guapimirim só tinham valor as pessoas de fora do município, e quem morava ali não tinha valor para governar a cidade e ajudar na Administração. Ao citar uma situação que ocorrera, o Rodrigo deduzira que ele, Argeu, era um arquivo vivo, indagando-o se o era para o bem ou para o mal. Em resposta, disse-lhe que sua intenção era de preservar a cidade, pois a considerava progressista e promissora,

mas que a mesma vinha sofrendo com o enfraquecimento político. Ademais, continuou o Vereador, os Prefeitos que se elegeram não eram políticos, e sim pessoas que não tinham o compromisso com uma política séria e uma administração com um trabalho voltado para a fomentação da cidade. Falou que quando ele via um hospital sofrendo, um posto de saúde fechado, as escolas sofrendo com a falta da merenda, ele, Argeu, sofria junto. Disse ao Secretário de Saúde que a falta de antitetânica era um absurdo, e que quando uma pessoa chagava ao seu balcão da farmácia dizendo que precisava tomar uma antitetânica, porque não tinha o medicamento no município, sinceramente era uma situação que o deixava muito triste, e aquilo era brincar com a sociedade. Enfatizou que o povo merecia respeito, e que trabalharam para emancipar aquela cidade e para estruturá-la. O Ver. Argeu declarou que não sabia se voltaria no dia seguinte, mas deveria dizer a realidade, porque estava dentro do seu coração e estava sentindo dentro da sua alma. Contou que tinha levado quinze anos para sentar-se naquela cadeira, naquele dia, e falar sobre a realidade da cidade. Ressaltou que queria o melhor, porque todo o patrimônio que possuía estava dentro de Guapimirim; a sua empresa estava na cidade, assim como os seus empregados. Disse que seus filhos também eram funcionários, e afirmou que todos eram pagos corretamente, pois nunca dependera da política para sua sobrevivência depois que se afastara dali, e que sempre havia trabalhado. Explicitou que se preciso fosse ele pegava na enxada, na foice, no machado, ou seja, ele cuidava da sua vida. Enfatizou que uma de suas características era ter hombridade e respeito pela coisa pública e pelo cidadão. Falou que não poderia esquecer dos funcionários do município que sempre o respeitaram, e que lamentava encontrar com alguns varredores de rua sofrendo, ganhando somente dezesseis horas extras e trabalhando sábados e domingos, sem insalubridade, e que realmente aquilo era uma tristeza. No entanto, a partir daquela data, esperava sinceramente que a situação mudasse, e para isso contava com o Prefeito da cidade, o Sr. Marco Aurélio, de quem ele, Ver. Argeu, gostava. Disse que quando falava do Prefeito, era de um homem que estava investido de uma administração outorgado pelo povo, assim como Sua Excelência, que atualmente estava ali outorgado Presidente daquela Casa, e que deveria ser respeitado e honrado como Presidente. Então, explicitou que estava muito feliz em poder compartilhar com os nobres Edis e, sobretudo, poder trocar ideias. Asseverou que o município de Guapimirim tinha como se desenvolver, e que as empresas queriam vir para a cidade como, por exemplo, o Supermercado Terê, o qual para se instalar na cidade tivera que colocar dois transformadores, além de um gerador, devido à reduzida disponibilidade de energia, no caso, insuficiente para manter o funcionamento do estabelecimento. Disse ainda que o Posto do Modelo também possuía um transformador, mas que entrava a potência de duzentos e vinte volts, e, sim, duzentos e cinco e duzentos e dez, logo, não podia manter o funcionamento regular porque estava faltando força. Informou, em seguida, que aquilo acontecia porque a

cabine de força estava situada em Jororó e que a sua instalação era desde a época da CERJ, quando o Secretário de Minas e Energia era o Maurício Linhares. Então, concluiu que se eles, Vereadores, não se unissem e pressionassem os órgãos responsáveis, já que o serviço prestado estava deixando a desejar, as empresas não tinham como vir para a cidade, visto que não existia energia suficiente para a manutenção das mesmas. Em seguida, o Ver. Argeu finalizou suas palavras agradecendo a todos e se desculpou caso tivesse se excedido. Informou ainda que era membro do PMDB e estava cumprindo o compromisso de estar como Vereador do PMDB e com a cidade e o povo de Guapimirim. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu as palavras do nobre Edil e disse que, em primeiro lugar, gostaria de desejar boa sorte a Sua Excelência, e parabenizou e agradeceu por tudo que o Vereador já fizera por Guapimirim e por aquela Casa de Leis também. Ressaltou que ficava feliz em ver o nobre Edil novamente naquela Casa, podendo, assim, expor um sentimento que estava guardado havia tanto tempo, e também poder estar se retratando para a população de Guapimirim. Com a **palavra**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** iniciou suas palavras agradecendo a Deus pela oportunidade de estarem presentes, e registrou a presença da Sr^a Marilene, a qual muito ajudara o município de Guapimirim na administração pública, tanto no Legislativo quanto no Executivo. Ressaltou que como Chefe de Gabinete a Sr^a Marilene tinha ajudado e trabalhado muito para o desenvolvimento daquele município, no que se referia às Leis. Registrou ainda a presença do Chefe de Gabinete, Sr. Alberto Fares, uma pessoa também muito importante naquele município. Comentou que tinha a certeza de que se fizessem um “top Five” dos cinco melhores Vereadores, ou seja, legisladores de todos os tempos de Guapimirim, o Vereador Argeu Paixão e o Vereador Alberto Fares não só estariam entre os cinco, mas entre os três vereadores mais importantes do município. Isso se devia à notória importância de ambos para o Poder Legislativo; logo, o município de Guapimirim agradecia muitíssimo a existência daqueles dois cidadãos para o desenvolvimento e implantação do seu Poder Legislativo. Após, o nobre Edil agradeceu a presença da Secretária de Turismo Marina, por sua disposição, coragem e determinação e pelo brilhante carnaval que realizara. Disse que embora ela já tivesse promovido a festividade do dia vinte e cinco de novembro, tinha tido coragem, e juntamente com o Prefeito Marcos Aurélio, fizeram o Carnaval. Citou que diversos municípios não tiveram a coragem de realizar o carnaval, e que alguns até estavam gostando daquele momento de crise para justificar aquilo que não faziam, já que aquela era a “palavra” do momento, apesar da sua real existência. Então, falou que atualmente a justificativa para quem não queria trabalhar era a crise financeira, e a Secretária Marina estava mostrando que mesmo com crise vinha trabalhando e, assim, tinha conseguido organizar um carnaval brilhante em Guapimirim. Enfatizou que a decisão de realizar o carnaval fora a mais acertada, porque tinha ajudado muito o comércio de Guapimirim. Aproveitou

para citar o seu amigo Paulo, que estava presente na Sessão, o qual era comerciante e devia saber muito bem do que ele estava falando. Prosseguiu dizendo que o comércio estava realmente com problemas, demitindo vários empregados, e já que em muitas cidades não tinha havido carnaval, muita gente viera para Guapimirim, como podia ser verificado pelas entrevistas concedidas pelos foliões à TVerde, as quais revelavam que vários deles eram de outros municípios. Deduziu, então, que os visitantes trouxeram dinheiro de fora para a cidade e, naquele momento, o comércio pudera tirar a corda do pescoço. Parabenizou novamente a Vereadora Marina por ter tido coragem naquele momento de crise, e disposição de fazer e contribuir, trabalhando e fazendo com que a moeda de fora viesse circular no município deles. Parabenizou e agradeceu a presença do vereador Argeu Paixão, o qual voltava àquela Casa Legislativa, e já que estavam falando da crise, nada melhor do que uma pessoa com a experiência do nobre Edil para ajudar nos momentos de dificuldade. Confidenciou que realmente havia ficado triste quando o Vereador Argeu comentara o ocorrido no Gabinete do Renato do Posto, e salientou que fora um momento muito ruim para a política de Guapimirim quando do acontecimento daquele fato. O Ver. Max disse que naquela ocasião acompanhava de perto os trabalhos legislativos, e que saía da Iconha e se dirigia até aquela Casa observar os trabalhos e, que pudera, sim, presenciar todo aquele constrangimento. Arguiu que o Vereador Argeu citara bem aquele fato ruim, mas que com a sua experiência, sabedoria e a sua estrutura familiar poderia dar a volta por cima e a Casa Legislativa agradecia a sua presença. Continuou dizendo que o nobre Edil havia instalado aquela Casa Legislativa com muito sacrifício, em quarenta e cinco dias, e que aquela salinha que o Ver. Argeu utilizava como Presidente, ele, Ver. Max, tivera que se desfazer para poder construir aquele Plenário, e que dava graças a Deus de tê-lo feito em sua gestão. Assim, o agradeceu novamente e disse que naquele dia até tinha se preparado para conversar com os alunos que ali estavam presentes, cobrando ações do legislativo, e que considerava aquilo interessante, pois não viviam numa ditadura, e sim num Estado Democrático de direito, o que possibilitava às pessoas terem o total direito de fazer suas cobranças, contudo, elas deveriam saber se estavam cobrando seus direitos da pessoa certa, bem como se estavam sendo correspondidas. Dando prosseguimento, informou que estiveram reunidos com o Prefeito Marcos Aurélio Dias e o mesmo se comprometera a solucionar o problema do transporte dos estudantes; logo, disse que tinha a certeza de que existiam pessoas manobrando os estudantes para que ficassem contra a administração pública; porém, reiterou que o Prefeito não tinha se esquivado de ajudar os estudantes. Citou o disposto no artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, e disse que faria um resumo rápido, pois não gostaria de se estender, e cujo teor dizia que “Oferecer educação infantil em Creches, em pré-escolas e tendo como prioridade o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades da sua área de competência. E com

recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal a manutenção e desenvolvimento do ensino.” Ou seja, assumir a responsabilidade do transporte escolar dos alunos da rede municipal pela Lei 10.709 de 31 de Julho de 2003. Leu em seguida o seu parágrafo único: “Os municípios poderão optar ainda por se integrar ainda ao Sistema Estadual de Ensino ou compor com ele o Sistema Único de educação básica.” Disse que aquele era o caso de oitenta a noventa por cento, ou até cem por cento dos alunos que ali estavam, pois nenhum deles integrava a rede de ensino estadual, já que frequentavam faculdades particulares e, não, instituições públicas. Fez referência ao recente inciso IV introduzido no artigo 11 da LDB , Lei de Diretrizes e Bases, pela Lei Federal 10.709 de 2003, o qual deixava clara a responsabilidade do município em relação ao transporte escolar, no caso, de transportar os alunos matriculados em sua rede de ensino, isto é, nas escolas municipais. Assim, constatava-se que o município possuía responsabilidade em relação aos alunos matriculados apenas em sua rede de ensino, o que excluía os alunos de escolas particulares e de escolas estaduais, por exemplo. Citou a Lei 10.709 de 2003, que tornava expressa a responsabilidade do Estado em relação aos alunos matriculados em sua rede de ensino, nos termos do que dispõe o artigo décimo, no inciso sétimo da Lei 9.394 de 1996. Falou que mesmo com a definição trazida pela lei 10.709 de 2003, havia entendimentos pela responsabilidade do município em relação ao transporte dos alunos da rede estadual; a responsabilidade da administração municipal em tal sentido seria de cooperar e manter parceria com o Estado para a realização do transporte. Ressaltou, no entanto, que aquela era a posição sustentada por aquele artigo, cujo entendimento era de que a Lei Federal trazia a delimitação precisa de responsabilidade de cada um dos entes, não trazendo ao município qualquer obrigação em relação aos alunos da rede estadual de ensino, salvo na hipótese de formalmente se comprometer a assumir tal obrigação. Mesmo assim, se o Sr. Prefeito optasse por não realizar o transporte dos alunos estaria devidamente legitimado, ainda mais em um momento em que vários Prefeitos estavam usando o fator “crise”, a qual era agravada pela redução dos repasses de royalties do petróleo e outras receitas do município, o Prefeito não ia deixar de atender os alunos. O nobre Edil ratificou que o Chefe do Poder Executivo iria colocar os ônibus à disposição dos alunos como sempre fizera, mas expressou que ele, Ver. Max, gostaria que os alunos estivessem presentes e que iria marcar um encontro com eles em outra oportunidade, aconselhando ainda que os mesmos deveriam parar com a ideia de querer resolver o problema apenas no momento de dificuldade. Enfatizou que acompanhava alguns problemas, por exemplo, da Associação de Moradores e de moradores de algumas ruas, afirmando que o cidadão se preocupava com a poça d’água e com a lama enquanto estavam na porta dele, mas que após o seu problema ser resolvido, ele não queria saber do problema do vizinho. Logo, continuou dizendo, que se houvesse sido constituída uma Comissão com os alunos no passado, atualmente não existiria tal

problema. Falou para os alunos que, independente de o problema ter sido solucionado naquele momento, que formalizassem uma Comissão Permanente entre eles, a qual pudesse dialogar junto aos Poderes Executivo e Legislativo no momento em que fosse votada a LDO e o Orçamento, já deixando tudo preparado para que não tivessem de enfrentar aquele tipo de problema no futuro. **Em aparte**, o Vereador **Argeu Paixão dos Anjos** disse que no ano de dois mil e quatro, no governo do Prefeito Ailton Vivas, a Sandra Brum era responsável pelo transporte escolar, então, ela convocara um grupo e criaram uma Associação. Ficou acordado, naquela ocasião, que o município arcaria com a despesa de cinquenta por cento da passagem à Viação Teresópolis, empresa que realizaria o transporte, e os outros cinquenta por cento ficaria a cargo dos alunos. Assim, disse que o Prefeito Ailton Vivas nunca havia deixado de ajudar os universitários. **Continuando**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** disse para que formassem uma Comissão, e depois de formada, automaticamente, no ano seguinte, teriam novos alunos e aqueles novos alunos passariam a compor a Comissão, acabando assim com aquela situação de que apenas quando acontecia o problema, faziam os protestos, embora fossem legítimos. Falou que agradecia pelo Brasil ser atualmente um país democrático, e que na próxima semana, com o problema já sanado, certamente ninguém mais tocaria no assunto, o qual voltaria ser pauta de discussão no próximo ano, se outras medidas não fossem tomadas. Assim sendo, orientou os alunos no sentido de aproveitarem que o Prefeito estava com boa vontade, já que os Prefeitos queriam cumprir aquela função que, por Lei, não eram obrigados. Ato contínuo, reiterou a necessidade de se formar uma Comissão Permanente que pudesse atuar junto aos Poderes Legislativo e Executivo quando da aprovação do Orçamento, pois era do interesse de todos que se atendessem os alunos, uma vez que necessitavam que aquelas pessoas concluíssem seus estudos, tornando-se grandes profissionais e técnicos, para que dessa maneira o município pudesse evoluir. Ressaltou que naquele dia era o aniversário do Diretor Administrativo daquela Casa, Sr. Álvaro Reis, e lhe deu os parabéns. Afirmou que com grande capacidade ele assumira a Diretoria daquela Casa, informando que o Beto ocupava também o cargo de Diretor. Continuou explicando que o Álvaro já havia trabalhado em várias legislaturas, até mesmo quando o Argeu Paixão tinha sido Presidente; assim, o parabenizou novamente e lhe desejou saúde, e que Deus pudesse estar sempre o abençoando, e que continuasse sendo sempre aquela ótima pessoa. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, e também pela preocupação com os universitários do município. Com a **palavra**, o Vereador **Claudio Vicente Vilar** iniciou suas palavras agradecendo a Deus por estar lhes concedendo mais aquela Sessão Legislativa. Parabenizou o amigo, agora de Plenário, Argeu Paixão, e o parabenizou pelas palavras ditas. Disse que quando se falava com o coração a pessoa só trazia coisas boas, e que tinha a certeza de que o grupo dos Vereadores iria aprender muito com a sua vasta experiência. Disse que queria deixar uma

mensagem para os estudantes, mas infelizmente eles tinham ido embora, enfatizando que com certeza tanto a Casa Executiva quanto a Casa Legislativa estavam reivindicando pelo retorno do ônibus universitário, e que não irão deixar de atendê-los. Avisou que iria deixar o seu Gabinete aberto e trabalhando. O nobre Edil destacou que o preenchimento das vagas a serem disponibilizadas nos ônibus deveria passar pela Assistência Social ou algum outro órgão semelhante, a fim de que pudessem estar direcionando-as a quem realmente necessitava do ônibus, haja vista que existiam pessoas que possuíam carros lindos e maravilhosos e que além de utilizarem os ônibus, ainda reclamavam dos mesmos. Reiterou, assim, a necessidade de conceder as vagas somente para os alunos que realmente precisassem. Afirmou que havia pessoas ali presentes que, sinceramente, ele, Ver. Cláudio, não acreditava que não tivessem condições financeiras de “rachar” a gasolina entre cinco amigos, podendo, assim, estar indo de carro para a faculdade. Asseverou que eles, os alunos, vinham falar “besteira” sobre um assunto que os órgãos só tinham a ajudar o município. Em **aparte**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** disse que o Vereador Claudio Vicente estava de parabéns em levantar aquela tese, e que até gostaria de conversar com a Secretária de Ação Social e solicitar um critério e uma triagem, pois para tudo havia critério, como o benefício do bolsa-família. Ressaltou que deveria haver um critério para evitar que houvesse covardia, pois o número de estudantes era superior ao número das vagas disponibilizadas nos ônibus. Assim, com certeza, devia estar acontecendo o que Sua Excelência acabara de citar, isto é, aquele que realmente necessitava estivesse ficando de fora, e o que tinha uma condição financeira melhor e bem avantajada, conseguindo aquela vaga nos ônibus. Assim, parabenizou o nobre Edil e falou que entraria em contato com a Secretária de Ação Social, e também com a Secretária de Educação, e repassar aquele pedido para que houvesse uma triagem pela Secretária de Ação Social, e que somente depois de atender todas as pessoas que comprovassem a necessidade do transporte gratuito universitário, eventuais vagas excedentes poderiam ser distribuídas aos demais estudantes. **Continuando**, Vereador **Claudio Vicente Vilar** disse que com certeza o Prefeito Marcos Aurélio também já devia ter conversado com o Presidente daquela Casa, visto que tinha confirmado que iria resolver o problema. Assim sendo, acreditava que no prazo de um mês ou até menos, o ônibus estaria atendendo os universitários, o que considerava muito importante. Ultimando, parabenizou o Diretor Álvaro pelo seu aniversário e desejou boas-vindas ao Vereador Argeu Paixão. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu ao amigo e companheiro Vereador Claudio Vicente por suas palavras, sendo sempre muito irreverente, e disse que ele estava de parabéns. Com a **palavra**, o vereador **Franklin Adriano Pereira** iniciou suas palavras registrando que, no dia anterior, estivera na Secretária de Meio Ambiente e pudera conversar com o Secretário Estadual de Meio Ambiente, Sr. André Corrêa. Afirmou que tinha uma preocupação muito grande com o meio ambiente em Guapimirim,

porque atualmente a cidade possuía setenta por cento de área ambiental, e disse que gostaria de deixar registrado que toda Lei era criada para dar limite. Citou a palavra “limite” porque infelizmente havia pessoas na cidade que pensavam que podiam tudo, inclusive degradar o meio ambiente. Enfatizou que quando elaboravam uma Lei, faziam-na pensando no bem-estar da população e da geração futura, e o que observavam hoje em dia era um descaso muito grande com o ambiente. Alertou que os rios estavam morrendo, porque o amigo do Vereador se achava no direito de criar uma serralheria na beira do rio e considerava correto retirar a areia do rio, bem como despejar o seu esgoto dentro do rio. Assim, disse que eles deveriam, sim, se preocupar com o meio ambiente, porque meio ambiente era qualidade de vida, e que além de propiciarem qualidade de vida para a população deveriam deixar uma herança ambiental de qualidade para os seus filhos e netos. Salientou que o vereador Osvaldo citara o Dr. Rafael, Juiz da Vara de Menor de Guapimirim, e ressaltou que gostaria que aquela Casa concedesse uma Moção de Aplausos ao mesmo, porque nunca tinha sido visto em Guapimirim o que ele fizera, pois o mesmo havia trabalhado durante todo o carnaval em prol da segurança dos jovens do município. Ressaltou que ficava triste quando se deparava com pessoas que achavam que a droga era banalizada e que, infelizmente, elas não sabiam que a droga trazia crime e empobrecia a população, pois a droga era um problema de saúde pública, e que só uma pessoa tola não tinha conhecimento que agindo daquela forma estava compactuando com o tráfico de drogas e tolerava o mesmo. Então, disse que atualmente percebia os jovens meio perdidos, e como qualquer esquina era provida de drogas, eles podiam comprar um veneno daquele; logo, enfatizou que aquele Juiz deveria ser enaltecido, porque apesar de ele não morar no município estava se preocupando com os seus filhos e com a população. Reiterou que eram pessoas com aquela atitude que somavam com o município, acrescentando que ele, Ver. Franklin, estava no exercício do seu mandato, assim, não estava fazendo política, pois se ele tivesse que desagradar um grupo para beneficiar a população de Guapimirim ele iria fazê-lo, ainda que perdesse uma eleição; todavia, queria deixar um legado de mandato sério. Disse que concordava com o nobre Vereador Argeu Paixão, o qual havia comentado que na atualidade o Legislativo era praticamente refém do Presidente da Casa, e dirigindo sua fala àquele Vereador, asseverou que aquilo tinha sido resultado de política de mau gestor, de “pilantras” que se empossaram como Presidente e armaram a armadilha para segurar o Vereador, alterando, por consequência, o Regimento Interno da Câmara. Em seguida, externou toda a sua admiração pelo Ver. Argeu, dizendo que o mesmo estava de parabéns, que podia considerá-lo seu fã, em razão do trabalho sério que o mesmo havia desenvolvido naquela Casa de Leis. No entanto, disse que, infelizmente, após a saída dele do Legislativo, outros vieram e chegaram com mentalidade de gafanhoto, querendo o bem só para si. Citou uma passagem bíblica explanando que segundo Mateus, Versículo três, nos fins dos tempos o homem pensaria muito

nele próprio e que a ganância seria tão soberba e tão exaltada que ele não conseguiria ver uma vítima do lado dele, e ressaltou que aquilo era o que Deus estava falando e não ele, Ver. Franklin. Então, outra vez mencionou que Vereador Argeu estava de parabéns quando citara que, naquele dia, aquela Casa fora renovada em cem por cento. Informou, a seguir, que já haviam discutido com o Vereador André, a mudança do Regimento acerca de algumas coisas que foram concretizadas no passado com o intuito de amarrar e fazer política mesquinha; a política do negócio, e enfatizou que deveriam acabar com aquilo. Após, parabenizou a jovem Secretária de Turismo Marina, pelo excelente trabalho que vinha desenvolvendo, e acreditava que o caminho a ser seguido realmente era aquele. Falou que a referida Secretária já mostrava o seu caráter em querer o bem para a população, e que quando estivera naquela Casa ela havia criado Leis e trabalhado em prol da população. Disse que eles não poderiam nunca deixar de fiscalizar e nem serem refém de ninguém. Parabenizou todos os Vereadores que tinham aquela visão, pois se tratava da percepção do social, de deixar um legado correto e sem processo administrativo devido à má gestão. Ressaltou ainda a fala do Vereador Magal, e disse que tivera uma conversa com o Chefe de Gabinete, o Sr. Alberto Fares, e sugerira ao mesmo que levasse ao Executivo a elaboração de uma Lei sobre o transporte municipal para os universitários, e a sua regulamentação deveria indicar a origem da verba, assinalando que a verba pública tinha que ter um bom gestor, o qual deveria seguir expressamente a Lei. Compartilhou do mesmo pensamento do Vereador Magal, afirmando que a Lei deveria ter como objetivo atender a camada mais pobre da sociedade, sendo uma política de inclusão. Em **questão de ordem**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** disse que o Vereador Magal havia comentado sobre os critérios para a vaga no ônibus universitário, os quais seriam norteados levando-se em consideração os alunos que conseguiram a vaga na universidade por meio do FIES e do PROUNI. Continuou dizendo que o Vereador Argeu, em sua fala, explicitara as obras por ele realizadas e, também, a Câmara que a Sua Excelência constituíra, ponderando que a pessoa quando se colocava na posição de líder e Presidente da Câmara, por exemplo, era porque algumas pessoas confiaram nela e, conseqüentemente, ficava respondendo pelas suas vidas. O Ver. Max denominou como “covardia” o que fizeram com o Vereador Argeu no passado, quando colocaram a bíblia na mão de um macaco e mexeram com Deus e o brio do mesmo. Revelou que também tentaram fazer com ele, Ver. Max, uma covardia, assim como com alguns Vereadores daquela Casa Legislativa, até o César do Modelo e outros Vereadores e, assim, eles confiaram nele, Max, que naquele momento, como Presidente da Câmara, tivera que tomar uma posição para defender os Vereadores. Então, diante de toda aquela situação, e chamando a atenção para o fato de que um Presidente não mudava nada sozinho, na ocasião fora realizada votação para que eles pudessem ser defendidos, resultando na alteração do Regimento Interno da Câmara em relação às Assessorias. Afirmou que legado

realmente eles podiam deixar, e disse que toda reforma que foi feita naquela Casa, como o Plenário estava atualmente, a recepção, a rampa de acesso aos deficientes físicos, banheiros interno e externo, a sala da Presidência, além de outras ações que foram realizadas em sua gestão. Portanto, deixara o seu legado, e como líder naquela ocasião, havia defendido os seus pares, porque estava sendo feita uma covardia com aqueles Vereadores, logo, tivera que alterar o mencionado Regimento para defendê-los. Disse que com relação à presidência, e como não tinha conhecimento sobre outros Presidentes, só poderia falar com relação a si próprio, e esclareceu que não sabia se outros Presidentes foram pilantras, pois não cabia a ele julgar, mas com relação a ele, Ver. Max, dava graças a Deus por não ter sido, enfatizando que todas as suas contas foram devidamente aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado e, também, dava graças a Deus por sua ficha criminal estar à disposição para que todos pudessem consultá-la. Assegurou que nunca respondera por nenhum crime, e que estava com quarenta e quatro anos e era um cidadão de Guapimirim, tendo sua vida limpa. Falou que podia andar de cabeça erguida e tinha a sua consciência tranquila por tudo aquilo que fizera pelo município, até mesmo com relação às drogas, e apoiava aqueles que a combatiam. Disse que deveriam encontrar caminhos de acabar com as drogas, e que as pessoas sabiam qual era o seu pensamento em relação aos traficantes, e os indivíduos que ofereciam drogas aos jovens, bem como à população em geral, aqueles sim eram “pilantras” e eram dignas de serem retiradas do município deles. Em **aparte**, o Vereador **Argeu Paixão dos Anjos** disse que a sua colocação fora referente à Assessora do vereador, e que a Indicação, pelo Presidente, à Assessoria de cada Vereador deveria ser banida, pois o Vereador deveria ter autonomia dentro do Poder. Disse ao Vereador Max que, com certeza, tinha acompanhado o seu trabalho, o qual fora muito bem realizado, e lembrou que na época em que ele, Ver. Argeu, tinha sido Presidente todas as suas contas também foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, e que, inclusive, funcionários receberam elogios do Tribunal. **Continuando**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** disse que, certamente, todos sabiam da grandeza e importância que o Vereador Argeu tivera para aquela Casa, e ressaltou que era aquilo que ele queria esclarecer em relação à Assessoria, que o ato fora feito para atender a necessidade daquele momento, e que depois dele, Max, já tinham passado três a quatro Presidentes, os quais não alteravam o Regimento e se mantinham sozinho. Assim sendo, arguiu que bastava os Vereadores se reunirem e alterarem novamente o Regimento Interno, pois era a Câmara quem decidia. Finalizando, lembrou mais uma vez que aquela alteração havia sido para ajudar a Casa Legislativa e se protegerem dos possíveis traidores, pois as pessoas estavam sempre querendo agir de maneira diferente, combinavam uma coisa e faziam outra, logo, fora um artifício contra os traidores na época. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** agradeceu o nobre Edil por suas palavras e disse que gostaria de parabenizar também a Secretária Marina pelo excelente carnaval realizado. Disse aos universitários que tivera o

prazer de recebê-los ali, naquela de manhã, e lhes informou que aquela Casa Legislativa, tanto quanto eles, Vereadores, estavam muito apreensivos pela volta do transporte para os alunos, já que ele também tinha sido universitário e, igualmente, utilizava o ônibus, logo, sabia o quanto era importante, porque o estudante não necessitava somente da passagem, tinha ainda a despesa com alimentação, material universitário e vestimenta. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente encerrou a sessão quando eram doze horas e cinquenta e quatro minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, Franklin Adriano Pereira, _____, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.